

() Graduação (X) Pós-Graduação

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC) COMO FONTE DE RENDA PARA ASSENTAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

João Pedro Ferraz Zanetoni,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
zanetoni1603@gmail.com

Milton Augusto Pasquotto Mariani,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
miltmari@terra.com.br

Geraldino Carneiro de Araújo,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
geraldino.araujo@gmail.com

Gabrielly Martins dos Santos,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
gabyadm17@gmail.com

RESUMO

Assentamentos da agricultura familiar é o resultado de um acúmulo histórico de fatores que levaram pequenos produtores a conflitos para ter terra, esses territórios são marcados por lutas diárias e por características da agricultura familiar vistas na autonomia da família, no cooperativismo e nas relações com a natureza. Esse ensaio teórico tem o objetivo de discutir o turismo de base comunitária (TBC) como fonte de renda e valorização da comunidade em assentamentos. Propomos dimensões para desenvolvimento do TBC em assentamentos pautadas nas características dessas comunidades. Concluímos que o TBC pode ser uma ferramenta poderosa não apenas para preservação, mas para valorização das rotinas comunitárias, dos produtos locais, da relação com o meio ambiente, das festas, ritos e costumes típicos do caipira.

Palavras-chave: Assentamentos; Agricultura Familiar; Turismo de Base Comunitária; TBC.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a agricultura familiar sofreu inúmeras transformações tanto de ordem econômica, com o surgimento de um modo mercantil de produção (agronegócio), como também de ordem política, que se traduz em imposições quanto ao modo em que estes agricultores deveriam estar organizados. Todas essas mudanças, poderiam ter aniquilado a agricultura familiar, contudo, a sobrevivência tanto do modo de vida como do de produção apenas afirmam a forte capacidade de resiliência dos agricultores familiares (BAIARDI, 2014).

Esses pequenos produtores fazem de sua propriedade seu território de vida, sendo assim, o território camponês é marcado pelo trabalho familiar, associativo e colaborativo, prezando pela autonomia e pela luta que é própria sobrevivência da terra. A capacidade de sobrevivência desse modo de vida é também vista na luta e conquista da terra por parte do pequeno agricultor, que historicamente resultou em conflitos e a criação de assentamentos rurais e que são a materialização da conquista dessas pessoas, como relatado em Xavier *et al.* (2017) e Ramos e Borges (2021).

Os assentamentos rurais são o território de vida dos camponeses, e se tornam uma comunidade. Nos remetemos ao território como sendo o espaço apropriado por um grupo social, ele não limitado a proporção física de terra que ocupa, portanto inclui-se nele uma gama de lugares de relevância simbólica, assumindo assim outro significado (RATTS, 2015). Seguindo essa lógica de discussão, podemos ponderar que os assentamentos rurais têm um significado simbólico como parte do território tradicional, uma vez que foi apropriado pelos camponeses que nele/dele vivem e representa o espaço de produção enquanto trabalho, e reprodução de suas práticas culturais e sociais (OLIVEIRA, 2018), constituindo, assim uma comunidade.

Tendo em vista o nível de tecnologia alcançado por grandes propriedades que fazem parte do complexo mundo do agronegócio, as atividades desenvolvidas nas propriedades de assentamentos e as fontes de renda dos produtores passam a não depender exclusivamente da agropecuária, podendo ser até mesmo superadas por atividades não-agrícolas. Para Silvestre (2018), esse fenômeno, denominado de pluriatividade, vem sendo discutido por diversos estudiosos, e segundo o autor, das características da família agricultora e das atividades desenvolvidas, tem sido possível desenvolver estratégias não-agrícolas para renda extra, como é o caso do turismo.

Mesmo que exista um forte apelo econômico, é preciso compreender que o turismo é uma atividade com diversas facetas. Partindo dessa perspectiva, Cruz (2002) afirma que o turismo é uma atividade econômica, mas também é uma prática social que tem no espaço geográfico seu principal elemento, visto o grande deslocamento de pessoas pelo território.

Além disso, o turismo também é marcado por diversas contradições e por conflitos de interesse. Apesar do setor contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de regiões, também possui potencial para alterar ambientes naturais, interferir nas relações sociais e suprimir a identidade cultural de povos (LOPES; SILVA, 2013). Campos e Silva (2020) vão ao encontro dessa premissa, ressaltando que devesse ter uma preocupação em adequar o turismo à realidade das comunidades, e não o oposto.

O turismo de base comunitária (TBC) se mostra uma alternativa nesse sentido, visto que é um tipo de turismo estruturado a partir da comunidade acolhedora. Nele, a produção e ressignificação das práticas culturais e rotineiras da comunidade são uma forma de resistência (OLIVEIRA; DIOGENES; ALMEIDA, 2021). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir sobre o TBC como uma forma de renda e valorização da comunidade em assentamentos.

O artigo é dividido em seis partes, além desta breve introdução, será discutido a formulação de assentamentos rurais, tendo em vista as características que os compõem e que são importantes para compreensão das relações que existem neles e os constituem como comunidade, na sequência discute-se o TBC visando trazer maior compreensão para esse tipo de turismo e suas dimensões, na quarta parte exploramos as características de assentamentos destacadas em diversos trabalhos e como elas podem impulsionar o desenvolvimento do TBC, na sequência apresentamos as potencialidades turísticas para desenvolvimento do TBC em assentamentos da agricultura familiar, por fim apresentamos algumas considerações.

2 CONSTITUIÇÃO DE UMA COMUNIDADE EM ASSENTAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

No que diz respeito à compreensão de um local, tal qual o espaço rural ou campo, existem categorias de análise precisas para que possamos compreender as relações entre agentes sociais que constituem uma comunidade rural. Um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida de configuração sociológica, geográfica e histórica, ele é cercado por atores que disputam interesses nas dimensões econômica, política, cultural e

nas relações com a natureza (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2015). O processo de organização, produção e reprodução das estruturas territoriais ocorre através da relação entre os grupos que o coordenam, podendo ser o Estado, os agentes sociais ou instituições (DENEZ, 2016).

Dessas relações sociais surgem as territorialidades, sendo que as interações de diferentes ideologias, discursos, conflitos, identidades e práticas, que culminam na apropriação e uso do território, são as condições para existência das territorialidades. As territorialidades se manifestam em diferentes escalas, seja em nações ou regiões, elas podem ser projetadas por práticas sociais (festas, rituais), pelo mercado, por estratégias e discursos políticos (valorização e institucionalização de paisagens e monumentos), reforçando que o sujeito e o meio estão em contínua integração e são constitutivos um do outro (BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009).

Para Fernandes (2012), o território camponês é o território de vida do camponês, é onde ele constrói sua existência. O autor ainda salienta que quando se compreende que as relações no espaço são pautadas em trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental, o espaço se transforma em território camponês. Essa relação de trabalho familiar, visto no território camponês, é evidenciado na agricultura familiar. Para Paulino (2008), posicionando apontamentos sobre diferenças entre as relações de trabalho no proletariado e campesinato, o trabalho do camponês é um trabalho independente, enquanto que no proletariado é vendido o trabalho, aqui, é vendido seu fruto, que nasce como propriedade sua.

Na agricultura familiar, a família é o pilar principal das relações que se constroem, é por meio de execução de estratégias familiares que remetem ao patrimônio material e cultural do território camponês, que se constroem a organização e reprodução social (SAVOLDI; CUNHA, 2010). Nogueira (2014) salienta que a família é a unidade máxima da organização social na agricultura familiar, sendo a partir dela definidas a divisão do trabalho e as formas de apropriação do patrimônio.

Tem-se ainda o pilar da terra, esse recurso tanto material quanto simbólico que resguarda os conhecimentos, as redes, a força de trabalho, o gado, as colheitas e alimentos, etc. (PLOEG, 2020). Esses dois pilares (tanto a familiar quanto a terra) se relacionam com a natureza, as relações entre trabalho no campo e natureza são íntimas e um impactam o outro (SHANIN, 1980). Nesse sentido, a agricultura familiar surge como categoria de trabalho camponês, também oriunda das territorialidades do camponês, que se atrela às relações do

trabalho pautadas na família, na terra e na natureza. Acrescenta-se que o território camponês, evidenciado na agricultura familiar, é portador de um conjunto de práticas não-capitalistas, como produção de autoconsumo e resistência, controle relativo do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias e solidárias, dentre outras (FABRINI, 2011).

O advento e fortalecimento do agronegócio no Brasil, e as fortes discussões sobre modernização e desenvolvimento de forças produtivas nos anos 1970 impulsionaram uma urbanização nos espaços rurais (WANDERLEY, 2003), vistos não somente no aumento das cidades, mas também nas tecnologias, por vezes invasivas ao meio ambiente, que "modernizaram" o trabalho no campo.

Todos esses processos deixaram marcas na agricultura familiar brasileira. Em primeiro lugar pela subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro, o que se traduz em maquinário, e equipamentos (SILVA, 1982; KAGEYAMA, 1996), e mais recentemente em quimificação. Em segundo lugar, pela ocupação de fronteiras agrícolas para grandes empresas que se beneficiam de políticas públicas que fomentam e incentivam essa constante expansão (WANDERLEY, 2015).

Em suma, a busca pela modernização da agricultura acompanhada de tecnologia e formas de gestão consideradas inovadoras, a força do sistema capitalista de produção, que agravou as diferenças sociais, políticas públicas que se voltam para o agronegócio e favorecem grandes latifundiários, entre outros fatores que acarretaram uma série de conflitos e lutas pela terra envolvendo pequenos agricultores. Marcadas pela busca do agricultor familiar de se sustentar e ter terra para tanto, uma das consequências foram as criações de assentamentos rurais, esses assentamentos são resultados materializados da luta de homens e mulheres pela terra e constituição de seu território (XAVIER *et al.*, 2017; RAMOS; BORGES, 2021).

Também chamados de assentamentos da reforma agrária, assentamentos da agricultura familiar ou assentamentos rurais, o que se tem em comum é contexto de luta pela terra, e interação entre homem em meio rural (FABRINI, 2011). Esse trabalho usará o nome de Assentamentos da Agricultura Familiar, visto que trabalhos que se aprofundaram em assentamentos (NODARI *et al.*, 2005; ALVES, 2006; SOUTO, 2007; ORDOÑEZ GUERREIRO, 2014; OLIVEIRA, 2015; SILVA *et al.*, 2017; XAVIER *et al.*, 2017; VITORIANO, 2018; MAIA; GOMES, 2020; RAMOS; BORGES, 2021) destacam formas de produção e trabalho, bem como relações sociais e com natureza, relatadas na literatura discutida anteriormente em Wanderley (2003), Paulino (2008), Fabrini (2011), Fernandes

(2012) e Nogueira (2014), sobre trabalho familiar, associativo e não explorador do meio ambiente, visto na agricultura familiar.

Dessa forma, as relações sociais e de produção nos assentamentos, pautadas na agricultura familiar fazem do assentamento seu território de vida, como salientado por Fernandes (2012). Assim, as relações em assentamentos da agricultura familiar resgatam valores e conhecimentos dos camponeses, recriando o conjunto dos saberes, da solidariedade, da ajuda mútua, que são perdidos em propriedades do agronegócio (RAMOS; BORGES, 2021; FABRINI, 2011), essa soma de relações entre os moradores constituem uma comunidade marcada por lutas e conquistas históricas e diárias.

Os produtores desses assentamentos além de enfrentar a luta diária pelo mantimento da terra, também precisam lidar com a falta de apoio de outros setores, inclusive o público. Sua produção inicialmente se dá para sustento familiar, porém ao tentarem ampliar sua produção esbarram em falta de recursos e apoio (RAMOS; BORGES, 2021).

Dessa forma, a renda advinda da pluriatividade pode ser um caminho para fortalecimento não apenas das propriedades, mas das comunidades existentes nos assentamentos. A renda extra pode contribuir com um papel não somente de sustento, mas também para revalorizar as propriedades e como estratégia de reprodução social (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Existem vários caminhos que podem ser discutidos que servem como atividade extra, um deles é o turismo. Esse segmento que é também um fenômeno social permite às comunidades uma inserção de atividade que se relaciona com várias outras (inclusive a agrícola), que pode servir como revalorização do espaço, evidenciação e respeito do meio ambiente e cultura, etc.

Os trabalhos de Nodari *et al.* (2005), Xavier *et al.* (2017) e Maia e Gomes (2020), por exemplo, estudaram a inserção do turismo em assentamentos da agricultura familiar. Uma abordagem de turismo que dá total protagonismo a comunidade é o Turismo de Base Comunitária (TBC), essa forma específica de turismo demanda participação da comunidade para valorização do produto turismo, que é, por si só, a própria comunidade, não necessitando de enormes investimentos ou alterações drásticas nas estruturas locais (COSTA, 2013).

3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo é uma atividade com potencial para melhoria na qualidade de vida ao dar visibilidade para uma comunidade, gerar empregos, melhorar a relação com o meio ambiente, etc. O que se espera é o turismo atuando com ferramenta para desenvolver de uma comunidade ao ofertar atividades e serviços turísticos com qualidade para quem os usufrui, e dessa forma, propor uma interação que sirva para unificar povos e culturas, e sua gestão sempre prezando pelo desenvolvimento local (CORIOLANO, 2012).

Porém, o desenvolvimento do turismo brasileiro aconteceu de uma forma tão acelerada que tal processo gerou problemas graves como geração de resíduos e ausência de saneamento, além disso, também suscitou questões socioculturais que necessitam de maior compreensão nos locais onde a atividade se instalou (CARVALHO, 2010; BAZZANELLA, 2013).

Tornou-se comum encontrarmos destinos turísticos que atravessaram grandes processos de transformação na identidade do território onde a atividade foi introduzida. A dinâmica desse turismo avassalador nem sempre anda de mãos dadas com o bem-estar da população, nem com a economia local. Outro claro efeito desse tipo de turismo, que se instala e gera mudanças nem sempre positivas, é a degradação dos próprios atrativos, o que compromete a sustentabilidade da atividade (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Trata-se, portanto, de um turismo predatório e de massa. Escobar (2005) estabelece muito bem a lógica por trás desse modelo turístico: trata-se de um viés eurocêntrico, que se caracteriza por ter o lucro como seu principal objetivo, o que acaba por contribuir com a predação de aspectos culturais e ambientais, além de se aproveitar do conhecimento local.

Esse aproveitamento do conhecimento se manifesta em usufruir dos saberes locais, visto em moradores que conhecem seu território por viver nele, e lucrar com isso sem que as pessoas se beneficiem. Esse aspecto é destacado por Freire (1967) ao ressaltar que o desenvolvimento turístico em alguns locais tende a distanciar os indivíduos da capacidade de decidir e de questionar esses modelos, que são construídos de fora para dentro e acabam por contribuir com a perda da identidade.

Algumas abordagens de investigação do turismo apresentam esse tipo de questionamento. Em resposta, ocorreram diversas sugestões de turismo com uma “roupagem” pautada no “eco”, o que se aproxima do ambientalmente correto e valorizador das paisagens naturais, seja no ecoturismo, turismo rural ou turismo social, entre outros, os quais sugerem

diretrizes que buscam promover critérios de sustentabilidade no desenvolvimento da atividade. Um olhar atento deve ser dado a esses modernos tipos de turismo, especialmente no que diz respeito a oportunismos ligados à padronizar esses modelos e continuar em uma busca por maximização de lucros, o que artificializa as relações (ZAOUAL, 2009).

Nesse sentido, o turismo de base comunitária (TBC) surge como uma viável alternativa ao modelo de turismo predatório e excludente vigente em diversos locais, e que geram grande insatisfação da comunidade de modo geral (BARROS; RODRIGUES, 2019), nele a comunidade assume a gestão do turismo, permitindo uma clara valorização de seu patrimônio local, seja social, cultural ou ambiental, mesmo considerando a importância do turismo como forma de enriquecimento, o a gestão comunitária permite dar valor maior para a própria região, criando um laço entre desenvolvimento comunitário e turismo (SEBELE, 2010).

O TBC - por vezes chamado de turismo comunitário - consiste em um modelo de desenvolvimento turístico centrado em recursos endógenos de uma determinada localidade, sendo esses as pessoas, as rotinas, a cultura, a natureza e a infraestrutura local. Dessa forma, trata-se do turismo essencialmente protagonizado pela comunidade receptora, tanto na gestão quanto na oferta de bens e serviços turísticos (COSTA, 2013).

Embora o tema tenha alcançado maior visibilidade recentemente, autores como Blackstock (2005) já consideravam que o TBC necessita de literatura mais sólida, que se aproximem dos fundamentos abordados em campo. Isso também foi abordado recentemente por Fabrino, Nascimento e Costa (2016), ao concluírem que o arcabouço teórico do TBC parece descrever um cenário um tanto idealizado, não condizente com as realidades encontradas.

Nesse sentido, pretendemos iluminar algumas dimensões do TBC que abrangem sua implementação e controle por parte da comunidade. Elas dizem respeito à gestão comunitária, a valorização e preservação do patrimônio tanto ambiental quanto histórico/cultural e da rotina da comunidade e seus desmembramentos como sendo o produto turístico.

Dentre os aspectos que se destacam no TBC, a gestão comunitária é a de maior importância. Trata-se do protagonismo da comunidade desde a elaboração até a execução do roteiro turístico, o TBC é uma organização sustentada pela autogestão dos recursos patrimoniais comunitários, pautado nos princípios do associativismo e da cooperação, da equidade no trabalho e da divisão justa dos benefícios que são gerados pela atividade turística (IRVING, 2009; MALDONADO, 2009). O TBC enxerga o real desenvolvimento a partir do

protagonismo das comunidades locais, além de ser uma oportunidade de inclusão social por meio da gestão igualitária (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

Para Gómez (*et al*, 2015), a governança do TBC considera igualmente valiosa as ideias e opiniões dos atores que fazem parte da gestão do turismo, isso envolve o dono da lanchonete, o proprietário do pequeno comércio, o gerente da pousada, o setor público, etc. Todos os membros da comunidade têm voz ativa e promovem de forma conjunta tanto a comercialização do TBC quanto sua gestão. A gestão comunitária tende a reduzir o poder de agências de turismo exploradoras, pois prioriza e valoriza a comunidade local com o turismo, se configurando como um aspecto de extrema importância do TBC (TIMOTHY, 2002).

O protagonismo com foco no desenvolvimento da comunidade só acontece quando o grupo social planeja, implementa e controla as atividades turísticas, e também quando atuam no controle dos impactos sociais e ambientais que a atividade causa, desse modo os atores sociais locais são beneficiados diretamente pelo turismo, e conseguem, através da autogestão, preservar e reafirmar as práticas culturais (CORBARI; FERREIRA, 2019; IRVING, 2018; SUASSUNA, 2007). No que diz respeito à autogestão, Oliveira, Diógenes e Almeida (2021) concluem que a experiência turística pautada na autogestão potencializa o desenvolvimento e garante a preservação dos modos de vida tradicionais.

Além disso, o TBC se trata de uma atividade que tem poder de se vincular com diferentes outras, reforçando as características de cada. Assim, as comunidades que buscam estratégias para proporcionar impactantes transformações socioeconômicas encontram no turismo uma atividade que concilia o crescimento econômico, a equidade social e a preservação dos patrimônios (SALES; SALLES, 2010; LÓPEZ-GUZMÁN; SÁNCHEZ-CAÑIZARES; PAVÓN, 2011). Dessa forma, além dos recursos financeiros (ainda que renda seja necessária), os aspectos positivos do TBC vão além ao valorizar a cultura, as tradições locais, o meio ambiente e os modos de vida da comunidade, criando um ambiente que permite e incentiva o intercâmbio cultural de diferentes identidades, e geram renda para as comunidades (IRVING, 2009).

Outra importante dimensão do TBC é a valorização do patrimônio local, tanto o ambiental quanto o histórico/cultural. Um fator que deve ser considerado na estratégia do TBC é, além de incluir a gestão ativa da comunidade, é o de minimizar as ameaças que o turismo pode causar ao meio ambiente. Nesse sentido, não se deve tão somente incluir em seus atrativos fatores ambientais e culturais, mas priorizar sua interferência (BURGOS; MERTENS, 2016). Martins, Déjardin e Silva (2013) afirmam que o TBC contempla

iniciativas ambientais, tecnológicas, históricas e sociais, e o núcleo de suas atividades é a visão da população local. Isso envolve sua religião, etnia, artes manuais, gastronomia, danças, musicais e cênicas, além de manifestações folclóricas, dentre outras expressões da comunidade.

Nesse sentido, a base comunitária que norteia esse tipo de turismo está fortemente ligada aos costumes, as rotinas, os saberes e vivências da população receptora, o que os torna reais protagonistas também no roteiro turístico. Isso é exposto em Coriolano e Sampaio (2012), ao afirmarem que o TBC integra em seu escopo, além de fatores culturais e ambientais (enquanto património local), também introduzem as rotinas da comunidade no roteiro turístico.

Mano, Mayer e Fratucci (2017) vão ao encontro dessa afirmação ao constatarem que os turistas entram em contato com a comunidade através do TBC, experimentando suas rotinas e os produtos locais, se aproximando de seus saberes perpassados nas histórias, costumes e sabores. Nesse tipo de turismo, a participação nas rotinas da comunidade pode levar o turista a plantar, colher, pescar, cozinhar, tirar leite de vaca, criar esculturas artistas, entre tantas outras atividades que fazem parte do contexto histórico e cultural daquele local, que o torna uma comunidade (GÓMEZ, *et al.*, 2015).

A partir do exposto até aqui, sumarizam as ideias principais dos autores discutidos em três dimensões que compõem o quadro 1.

Quadro 1: As dimensões do Turismo de Base Comunitária.

Dimensões	Descrição
Gestão Comunitária	Toda a comunidade local tem papel ativo desde o planejamento, implementação e desenvolvimento do turismo, bem como é o pila principal de sua gestão e deve considerar a capacidade do turismo de se integrar com as outras atividades econômicas.
Valorização do Património	Tratar o património local, que se constitui no ambiental e no histórico/cultural, não apenas como um item do escopo turístico, mas pensar na atividade como uma forma de valorização sem interferência.
Roteiro Turístico	A comunidade é o principal atrativo. O turista deve conhecer os costumes, os saberes, as vivências e rotinas do local, é importante que o turista sinta como é ser membro daquela comunidade, experimentando ela como um todo inclusive nos produtos gastronômicos e de recordações.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O principal destaque do TBC é a possibilidade de geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras desse tipo de turismo. Esse destaque perpassa pela divisão dos rendimentos entre os membros da comunidade (MALDONADO, 2009), as práticas de autogestão, de cooperação e distribuição igualitária (SINGER, 2010) e a relação respeitosa com o meio ambiente (se opondo ao turismo de massa) (IRVING, 2009).

Logo, o que se espera é que o TBC colabore com o desenvolvimento da comunidade, aspecto confirmado por Aref *et al.* (2010), para quem o turismo é visto como uma ferramenta-chave para o desenvolvimento comunitário. No que diz respeito à Assentamentos da Agricultura Familiar, a prática se mostra de particular interesse visto os aspectos já discutidos da capacidade do TBC de se vincular com outras atividades, tal qual a agricultura e os princípios da autogestão e do cooperativismo, também vistos em assentamentos, e discutidos na sessão anterior. Ainda, o TBC é estruturado como um arranjo socioprodutivo dos elementos que são destacados no território e na comunidade (OLIVEIRA; DIÓGENES; ALMEIDA, 2021). Dessa forma, a atividade pode servir como uma fonte de renda para pequenos produtores.

4 ASPECTOS DE ASSENTAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA DESENVOLVIMENTO DO TBC

Essa quarta sessão é destinada a tratar dos aspectos das dimensões do TBC desenvolvidas anteriormente (quadro 1) nos assentamentos da agricultura familiar, e apontar características que podem ser exploradas nessas comunidades para o desenvolvimento do TBC.

4.1 GESTÃO COMUNITÁRIA

A autogestão e cooperativismo são marcas comumente encontradas em assentamentos da agricultura familiar. Os camponeses encontram por muitas vezes na coletividade e nas decisões democráticas uma forma de organizar o trabalho, mesmo que a terra conquistada tenha chegado em condições precárias, através desse apoio comunitário os camponeses encontram formas de territorializar o espaço e torná-lo seu território de vida (GROFF; MAHEIRIE; PRIM, 2009; OLIVEIRA, 2015; RAMOS; BORGES, 2021).

O turismo de modo geral possui uma grande adaptabilidade com outras atividades,

isso é visto em termos como agroturismo (turismo e agricultura), enoturismo (turismo e produção/apreciação de vinho), etc. O TBC não foge a essa premissa, sendo que este torna as atividades comunitárias em produto turístico (IRVING, 2009), contudo, a gestão do turismo deve prezar por aspectos que vão além do econômico, em caso de assentamentos, o turismo deve destacar os interesses sociais, de melhoria na condição de vida da população e da (re)valorização da identidade dos camponeses (XAVIER; *et al*, 2017).

4.2 VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Um dos temas mais amplamente discutidos no turismo atual é sobre a preservação do patrimônio local, seja ele ambiental ou cultural. Tem-se em Beni (2003) e Hanai (2012) que o turismo tem a intenção de criar uma estratégia que aborda o desenvolvimento socioeconômico sem prejudicar o meio ambiente. No TBC a preservação anda atrelada à valorização, trata-se então de incluir os monumentos físicos e simbólicos do meio ambiente e da cultura/história da comunidade nas atividades turísticas, e com isso valorizá-las (MARTINS; DÉJARDIN; SILVA, 2013; BURGOS; MERTENS, 2016).

As relações entre indivíduos e natureza na agricultura familiar são fortemente marcadas por um aspecto que transcende o material, onde as pessoas dependem e vivem da terra, essa forte construção simbólica do “viver da terra” está presente em diversos trabalhos sobre assentamentos (OLIVEIRA, 2015; MAIA; GOMES, 2020; CAMPOS; SILVA, 2020). Nesse sentido, preservar o meio ambiente deixa de ser um aspecto estratégico, passa a ser uma pauta de sobrevivência, de relação simbólica com a terra enquanto terra de vida do camponês.

A construção histórica e cultural também recebe uma carga simbólica que vai além da preservação desse tipo de patrimônio. Pois o território é construído pelas relações sociais que ocorrem no espaço (SAQUET, 2015), sendo assim ela vai além de monumentos físicos locais. No território camponês, isso se manifesta na cultura caipira, que os produtores por vezes trazem consigo e impõe em seu território (XAVIER, *et al*, 2017), essa cultura também se manifesta nos ritos e festas populares.

4.3 ROTEIRO TURÍSTICO

O TBC tem como uma de suas premissas básicas o protagonismo comunitário, que se dá não somente na gestão de seu próprio patrimônio e atividade, mas também na introdução

de suas rotinas e produtos característicos como o principal ponto do roteiro turístico a ser explorado (GOMÉZ; *et al*, 2015; MANOO; MAYER; FRATUCCI, 2017).

No que diz respeito aos produtos, fica claro que estão diretamente ligados à produção agrícola. Além de utilizarem dessa produção para sustento próprio, o que é uma marca da agricultura familiar, o excedente pode ser comercializado (GROFF; MAHEIRIE; PRIM, 2009; XAVIER; *et al*, 2017). Ao introduzirem o TBC, os assentados têm a opção de uma comercialização na própria comunidade (o assentamento) com um contato direto com o turista, o que faz com esse se sinta ainda mais próximo do produto, do comerciante, da terra e da rotina.

Além dos produtos locais, as rotinas da comunidade é o que as torna protagonistas, deve-se entender por rotina não somente o dia de trabalho ou o que pode-se confundir com "passo-a-passo" do dia, mas sim como sendo as tradições, os costumes e conhecimentos que estão diretamente ligados com o patrimônio histórico do local, mas que são visíveis através da vivência. Relata-se em assentamentos festas e ritos populares que comemoram tradições típicas do caipira (ALMEIDA, 2012; OLIVEIRA, 2015; CUYATE; 2015; XAVIER, *et al.*, 2017), também é possível identificar um acúmulo e compartilhamento de saberes sobre a terra, que são vistos desde as produções (GROFF; MAHEIRIE; PRIM, 2009; RAMOS, BORGES, 2021) ou no conhecimento dos períodos de chuva e a adaptação para tal (OLIVEIRA, 2015), além de trilhas, culinária, artesanato, vivências caipiras, etc. (MAIA; GOMES, 2020). Tudo isso torna possível fazer o turista se sentir acolhido pela comunidade, experimentar suas rotinas e seus conhecimentos através de práticas que os manifestam.

5 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS PARA DESENVOLVIMENTO DO TBC EM ASSENTAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Uma vez compreendidas as características fortemente marcadas nas comunidades em assentamentos da agricultura familiar, exploramos os potenciais que as mesmas possuem para o desenvolvimento do TBC, essa síntese utiliza as dimensões propostas no quadro 1, e por meio do que foi discutido na seção anterior apresentamos as seis subdimensões no quadro 2, que se trata dos aspectos marcantes em assentamentos e como eles podem se alinhar com o TBC.

Quadro 2: Características de Assentamentos da Agricultura Familiar a serem exploradas no TBC

Dimensões do TBC	Características em Assentamentos	Descrição
Gestão Comunitária	Autogestão Democrática	A autogestão democrática é um aspecto que deve ser sempre frisado na gestão do TBC em assentamentos, seguindo os valores da autonomia da família, da divisão justa e decisões igualitárias.
	Integração de Atividades	O TBC deve ser pensado como fonte de renda, e sua capacidade de se integrar com as outras atividades da comunidade deve ser considerada no escopo da gestão.
Valorização do Patrimônio	Ambiental	Tratar o patrimônio ambiental não apenas como um item do escopo turístico, mas pensar na atividade como uma forma de valorização sem interferência na relação simbólica com a terra.
	Histórico e Cultural	O patrimônio Histórico/Cultural construído nas relações de cada assentamento e visto nos ritos, nas festas, nos monumentos e paisagens arquitetônicas, devem ser revalorizados no TBC
Roteiro Turístico	Protagonismo Comunitário	A comunidade é o principal atrativo. Os aspectos simbólicos existentes na relação com a natureza e a cultura caipira, as rotinas, os costumes, os saberes e as vivências do local são partes do produto turístico.
	Produtos Locais	É importante que o turista sinta como é ser membro daquela comunidade, experimentando ela como um todo, inclusive nos produtos gastronômicos e artesanais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 2 apresenta as características (dimensões, subdimensões e descrição) para se aprofundar nas características comunitárias de assentamentos da agricultura familiar e através disso introduzir a atividade turística, o TBC, como uma fonte de renda extra. Dessa forma, os camponeses poderiam diversificar sua renda sem abrir mão de suas características particulares, e teriam o controle e gestão da atividade turística em seu território.

O TBC contribui não somente para participação ativa dos membros da comunidade e a preservação das paisagens, mas em assentamentos também contribuem para a defesa e manutenção de seu território, para valorização de sua cultura e história sem contar com recursos financeiros exorbitantes (MOREIRA-GONÇALVES, 2020).

Contudo, alguns casos esbarram na dificuldade de comunicação entre agentes do assentamento e membros da comunidade externa (KUKIEL; APARECIDO DA COSTA; MARIANI, 2016) o que por vezes pode comprometer a implementação do turismo. Ou mesmo a falta de capacidade de planejamento e gestão (MAIA; GOMES, 2020), que também é relatado no trabalho de Fabrino, Nascimento e Costa (2016), ao concluírem que a própria literatura do TBC esbarra na dificuldade de estabelecer um link entre uma prática comunitária

e gestão, sendo esse segundo termo muito ligado a estratégias de grandes empresas, e logo, poderia comprometer o caráter comunitário.

É nesse sentido, que a primeira característica destaca no Quadro 2 é a autogestão comunitária, tendo em vista a enorme capacidade de adaptação dos camponeses, uma vez que esses assumem o protagonismo social nas atividades do TBC, podem criar suas próprias estratégias e métodos de controle (OLIVEIRA; DIOGENES; ALMEIDA, 2021), pautados nos mesmos princípios da agricultura familiar: o cooperativismo, a autonomia, o respeito, a democracia, etc. Uma vez tendo definido essas estratégias de forma endógena, com participação da comunidade nos assentamentos, basta adaptar seu espaço de trabalho às atividades turísticas e promover a comunidade por meio do TBC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características do território camponês são evidentes nas relações da agricultura familiar, essa categoria de pequenos produtores sofreu, historicamente, com a mercantilização do campo e as relações agroindustriais capitalistas que dominam o poder econômico e produtivo. Nesse sentido, os assentamentos da agricultura familiar são comunidades que possuem as relações de autonomia da família, democracia das decisões, cooperativismo, relação simbólica com a natureza (a terra) e um acúmulo de manifestações do caipira que são vistas.

O objetivo deste trabalho foi discutir o turismo de base comunitária (TBC) como uma fonte de renda para esses camponeses. O referencial teórico do TBC nos permitiu desenvolver três dimensões (gestão comunitária, valorização do patrimônio e roteiro turístico) acerca desse tipo de turismo, posteriormente buscamos compreender as características de assentamentos da agricultura familiar que se integram com essas dimensões, chegamos em seis subdimensões: autogestão democrática, integração de atividades, valorização ambiental e histórico/cultural, protagonismo comunitário e produtos locais.

O TBC contribui para a manutenção das características das comunidades que aderem a esse tipo de turismo, diferente do turismo convencional que tem como marca uma exploração do local muitas vezes com pouca responsabilidade. O TBC tende a não apenas preservar o patrimônio comunitário, mas valorizá-los, dessa forma, os assentamentos da agricultura familiar podem utilizar dessa atividade como uma maneira de defender seu próprio território.

Nesse sentido, o TBC pode ser uma ferramenta de valorização patrimonial, tendo em

vista que se o turista visita esses territórios e entram em contato com as características dessas comunidades, ele pode perceber que todo esse patrimônio histórico e construído com muita luta é sim interessante e valioso.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, O. A. **Alternativas não agrícolas de geração de renda no assentamento rural Gleba XV de Novembro.** Monografia (Bacharelado em Turismo), Universidade Estadual Paulista, Rosana, 2012.
- ALVES, M. A. A “conquista da terra”: (re)produção social e (re)construção histórica entre agricultores familiares do município de Araponga-MG. **MANA**, v.12, n.2, p. 269-283. 2006.
- AREF et al. Tourism Development in Local Communities: as a Community Development Approach. **Journal of American Science**. v. 6, n. 2, p. 155-161. 2010.
- BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 45- 62. 2014.
- BARROS, A. L. R.; RODRIGUES, C. G. O. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty-RJ. **Ambiente e Sociedade**. v. 22, 2019.
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Apresentação. In: BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra & Imagem, p. 13-24. 2009.
- BAZZANELLA, A. **O Encantamento como Campo Simbólico: Uma abordagem estética das narrativas sobre a experiência do Fantástico.** 2013. 190f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, Paraty, 2013.
- BENI, M. C. Como certificar o turismo sustentável? **Turismo em Análise**, v. 14, n. 2, p. 5-16, novembro. 2003.
- BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, v. 40, n. 01, p. 39-49. 2005.
- BURGOS, A.; MERTENS, F. As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. **Tourism & Management Studies**. v. 12. n. 2, 2016.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de**

olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.76-91.

CAMPOS, J. S.; SILVA, L. G. Potencialidades turísticas no projeto de assentamentos Serra Dourada no município de Goiás (GO) em 2017. **Revista Mirante**, v. 13, n. 2. 2020.

CARVALHO, J. M. P. de. **O Patrimônio Imaterial da Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba e a Escola:** Em busca de uma Educação Diferenciada Paraty, RJ. 2010. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CORBARI, S. D.; FERREIRA, M. R. Ser ou não ser sustentável, eis a questão! Um olhar sobre a relação da pesquisa em turismo e a panaceia do sustentável. **Revista Turismo em Análise**, v. 30, n. 3, p. 423-439. 2019.

CORIOLOANO, L. N. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, A. P., FARIAS, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. (orgs). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 61-70, 2012.

CORIOLOANO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: BRASILEIRO, M. D. S., MEDINA, J. C.; CORIOLOANO, L. N. (orgs). **Turismo, Cultura e Desenvolvimento.** Campina Grande: EDUEPB, 49-73, 2012.

COSTA, H. A. **Destinos do turismo:** percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território.** 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CUYATE, R. **Fronteira e Territorialidade dos camponeses do Assentamento 72, Ladário - MS.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Corumbá - MS, 2015.

DENEZ, C. C. **O território em disputa: territorialidades, redes sociais e grupos políticos de Ivaiporã/PR (2000/2012).** 2016.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências sociais. Perspectivas latino- americanas.** Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

FABRINI, J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97-112. 2011.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo.** v. 16, n. 3, p. 172-190. 2016.

FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário da educação do campo.** São Paulo: Expressão Popular. 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1967,

p. 65-84.

GÓMEZ, C. R. P.; FALCÃO, M. C.; CASTILLO, L. A. G.; CORREIA, S. N.; OLIVEIRA, V. M. Turismo de base comunitária como inovação social: congruência entre os constructos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13. n. 5. 2015.

GROFF, A.; MAHEIRIE, K.; PRIM, L. A experiência de coletivização em um assentamento de reforma agrária do MST. **Psicologia Política**, v. 9, v. 17, p. 113-128. 2009.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. in: RIBAS, A.; SPOSITO, E.; SAQUET, M.. (Org.). **Territórios e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens**. Francisco Beltrão, 2004.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceito, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1. 2012.

IRVING, M. A. Participação, inclusão social, e os objetivos de desenvolvimento sustentável: por uma nova ética em projetos turísticos. In: IRVING, M. A; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (Orgs.) **Turismo: Ressignificando sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Folio Digital. 2018.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

KAGEYAMA, A. A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. 2.ed. Brasília: IPEA, 1996, p. 113-223.

KUKIEL, E. D. G.; APARECIDO DA COSTA, E.; MARIANI, M. A. P. O turismo de base local e o desenvolvimento territorial do Assentamento 72 em Ladário (MS). **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v.9, n.1. São Paulo, 2016.

LOPES, P.; SILVA, M. Turismo de base local: possibilidade para o município de Assu e regiões do Vale. In: MARQUES, C. (org.) **Turismo: Múltiplos olhares, novos desafios**. Recife: Carpe Diem edições e produções, 2013.

LÓPEZ-GUZMÁN, T.; SÁNCHEZ-CAÑIZARES, S.; PAVÓN, V. Community-based tourism in developing countries: a case study. **Tourismos: as International Multidisciplinary Journal of Tourism**, v. 6, n. 1, 69-84. 2011.

MAIA, A. H.; GOMES, J. L. C. Turismo e memórias: práticas e saberes no Assentamento Serra Verde, Barra do Garça - MT. **Guaju**, v. 6, n. 1, p. 3-28. 2020.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MANO, A. D., MAYER, V. F.; FRATUCCI, A. C. Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 3, 413-435, 2017.

MARTINS, L. C. A.; DÉJARDIN, I. P.; SILVA, F. P. S. Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária. **El Periplo Sustentable: revista de turismo, desarrollo y competitividad**, v. 14, p. 187-207. 2013.

MOREIRA-GONÇALVES, L. G. Turismo no espaço rural como instrumento de valorização patrimonial em assentamento de reforma agrária: o caso de Rosana, São Paulo. **Turismo e Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 121-142. 2020.

NODARI, D. E.; MUÑOZ, E. F. P.; RIBAS, C. C.; GUIMARÃES, V. N.; ZANELLA, L. C. H. Turismo no espaço rural brasileiro: novas alternativas para os assentamentos da reforma agrária. **Revista Eletrônica de Extensão**, n. 3. 2005.

NOGUEIRA, L. S. **Território identidade e multifuncionalidade**: a produção familiar do queijo canastra em comunidades rurais do município de São Roque de Minas - MG. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFMG. 174p. 2014.

OLIVEIRA, A. A. N. **Entre o rio e o mar: práticas corporais e cotidiano na comunidade Quilombola do Cumbe** (Tese de Doutorado). UnB, Brasília, 2018.

OLIVEIRA, A. A. N.; DIÓGENES, C. M.; ALMEIDA, D. M. F. Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro. **Cadernos de Geografia**, n. 43, p. 67-80. 2021.

OLIVEIRA, M. L. R. Relações de trabalho e organização da produção no assentamento Vereda I - Padre Bernardo - GO. **HOLOS**, ano 31, v. 1, p. 160-170. 2015.

ORDOÑEZ GUERRERO, I.C **Reforma Agraria e Segurança Alimentar em Assentamentos Rurais: o caso do Horto Vergel- Mogi Mirim /SP**. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas, SP. 2014.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PLOEG, J. D.. Peasant Agriculture. **International Encyclopedia of Human Geography** (Second Edition). pp. 49-54. 2020.

RAMOS, E. A.; BORGES, A. C. G. As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 36-57. 2021.

RATTS, A. Percursos e territórios negros/quilombolas: introdução a uma pesquisa no Ceará. In: MACHADO, A. F.; ALVES, M. K. F; PETIT, S. H. (Orgs.). **Memórias de Baobá II**. Fortaleza: Imprece, 2015.

SALES, G. A. F.; SALLES, M. R. R. A dádiva no turismo comunitário: constituição de vínculos sociais por colaboração solidária. **Turismo & Sociedade**. v. 3. n. 2. 2010.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**,

v.5, n.1, p. 25-45. 2010.

SEBELE, L. S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. **Tourism Management**, v. 31, n. 136–146, 2010.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. Petropolis: Estudos CEBRAP, 1980.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.

SILVA, K. T. P., RAMIRO, R.; TEIXEIRA, B. S. Fomento a turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 359-373, 2009.

SILVA, T. O.; MAIA, A. H.; SOUZA, M. E.; REBELATTO, B. F.; SOUZA, V. S. Os significados da conquista da terra pelos assentados da região de Nova Xavantina-MT. In: JORNADA CIENTÍFICA DA UNEMAT, 2017. Cáceres. **Anais...** Cáceres: Unemat, 2017.

SILVESTRE, R. P. Turismo rural na agricultura familiar - TRAF: oportunidades e desafios em relação às especificidades do setor de serviços. **Nativa**, v.6, n. 6, p. 668-674. 2018.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SOUTO, J. V. **Entre a contestação e a superação: a produção camponesa no assentamento rural Tiradentes em Mari**. Dissertação de Mestrado em Administração. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2007.

SUASSUNA, D. **Um olhar sobre as políticas ambientais**. O Projeto Tamar. Brasília: Thesaurus, 2007.

TIMOTHY, D. J. Tourism and community development issues. in: SHARPLEY, R.; TELFER, D. J. **Tourism and Development**: Concepts and Issues. Clevedon, Buffalo, Toronto, Sydney: ChannelViewPublications. 2002.

VITORIANO, C. F. **As mulheres do Assentamento Serra Verde, Barra do Garças-MT: trabalho e participação**. Monografia (Bacharelado em Agronomia) – Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade do Estado de Mato Grosso, Nova Xavantina, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42-61. 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**. v. 51, n. 1. p. p. 25-44. 2015.

XAVIER, P. W. L.; OLIVEIRA, P. D. M.; LEITE, J. K. S.; RODRIGUES, G. G. Turismo de base comunitária: possibilidades para o monumento natural grota do angico e o projeto de assentamento Jacaré-Curituba, Sergipe, Brasil. **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 11, n. 1, p. 104-116. 2017.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D G; BURSZTYN, I (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.55-75.